



Um olhar possível para pesquisas com bebês e crianças nas Amazônias¹ a partir da Sociologia da Infância

A possible look at research with babies and children in the Amazon from the
Sociology of Childhood perspective

Una posible mirada a las investigaciones con bebés y niños en las Amazonías desde la
sociología de la infancia

Maria Aparecida Antero Correia²

Professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Rolim de Moura/RO, Brasil

Recebido em: 17/04/2025

Aceito em: 04/07/2025

Resumo

Este artigo pretende apresentar alguns elementos da perspectiva teórica da Sociologia da Infância e sua importância para os estudos sobre as infâncias e a educação na região amazônica, considerando a necessidade de escuta das crianças e dos povos dos territórios do campo, das águas e das florestas. Trata-se de uma revisão de literatura de autores clássicos desse campo, como William Corsaro, Manuel Sarmiento e Jens Qvortrup, em que são discutidos conceitos e formulações que alteraram a forma de ver as crianças e as infâncias, principalmente a partir dos anos 1990 no Brasil. Tendo como fundamento metodológico a pesquisa qualitativa com análise documental, espera-se proporcionar uma visão geral desse aporte teórico, problematizando as relações sociais nas Amazônias e a necessidade de ampliação de estudos que apresentem de fato as crianças como protagonistas e produtoras de cultura em contexto amazônico.

Palavras-chave: Sociologia da Infância. Infâncias. Amazônias.

Abstract

This article aims to present some elements of the theoretical perspective from the Sociology of Childhood and its importance for studies about childhood and education in the Amazon region, considering the need to listen to the children and peoples from the countryside, riverside and forests territories. This is a literature review of classic authors in this field, such as William Corsaro, Manuel Sarmiento and Jens Qvortrup, which discusses concepts and formulations that have changed the way we view children and childhoods, especially since the 1990s in Brazil. Using qualitative research with documentary analysis as a methodological basis, the aim is to provide a theoretical contribution overview, questioning social relations in the Amazons and the need to expand studies that actually present children as protagonists and producers of culture in the Amazonian context.

Keywords: Sociology of Childhood. Childhoods. Amazons.

¹ Utiliza-se neste trabalho o termo “Amazônias” no plural, considerando que existem muitas Amazônias com diversidade de territórios e comunidades (Gonçalves, 2008).

² cidinha.antero@unir.br

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar algunos elementos de la perspectiva teórica de la Sociología de la Infancia y su importancia para los estudios sobre la infancia y la educación en la región amazónica, considerando la necesidad de escuchar a los niños y a las personas de los territorios rurales, acuáticos y forestales. Se trata de una revisión de la literatura de autores clásicos en este campo como William Corsaro, Manuel Sarmiento y Jens Qvortrup en la que se discuten conceptos y formulaciones que cambiaron la manera de comprender a los niños y las infancias, especialmente a partir la década de 1990 en Brasil. Con base en una metodología cualitativa y en el análisis documental, se espera ofrecer una visión general de este enfoque teórico, problematizando las relaciones sociales en las Amazonías y la necesidad de ampliar estudios que presenten a los niños como protagonistas y productores de cultura en LOS contextos amazónicos.

Palabras clave: Sociología de la Infancia. Infancias. Amazonías.

Introdução

Os aportes conceituais e metodológicos no campo das Ciências Sociais para pensar e investigar as infâncias nas últimas décadas têm proporcionado olhares diferenciados para as suas várias dimensões, para além das perspectivas que discutem processos de socialização e transmissão de conhecimento, principalmente a partir da disseminação da área dos estudos sociais sobre a infância, que, de acordo com Qvortrup (2010a, p. 631), pode ser definida como

um campo que investiga as crianças como agentes sociais, produtoras de culturas, e a infância como categoria na estrutura social, o que ampliou de modo significativo a produção de conhecimento sobre as relações sociais estabelecidas entre as próprias crianças (seus pares) e com os adultos (relações intra e intergeracionais), sobre suas competências como protagonistas de suas vidas, como agentes sociais cuja ação modifica/transforma os mundos sociais nos quais estão inseridas.

Nesse contexto, encontra-se a Sociologia da Infância (SI), que pode estar articulada a outras abordagens teóricas ou apenas ser mais uma perspectiva que fundamenta nossos olhares sobre as crianças e as infâncias. Este texto não tem a intenção de apenas considerar para pesquisas com crianças a SI. Cada área do conhecimento, como a Pedagogia da Infância, a História da Infância ou a Geografia da Infância, contribui para uma visão interdisciplinar que oferece chaves de leitura da realidade que envolvem vários aspectos para análise.

A escolha de destacar, no quadro das Ciências Sociais, a SI vai ao encontro da necessidade de refletir conjuntamente sobre as articulações possíveis entre a perspectiva sociológica e os territórios amazônicos, seus povos e suas crianças, considerando a grande difusão que seus conceitos têm para a discussão sobre as infâncias no Brasil e no mundo.

Além disso, a área nas últimas décadas vem oferecendo uma importante concepção de infância que tem embasado documentos, programas e políticas direcionadas para as infâncias e a educação, como a Política Nacional de Educação Infantil do ano de 2006, que apresenta “termos retirados de conceitos elaborados por autores, como, por exemplo, crianças como atores sociais, produtoras de cultura, dentre outros” (Nascimento, 2011, p. 49). Na perspectiva teórica da SI a criança é concebida como “ator social, ou seja, a infância deixa de ser vista como um ‘tempo de passagem’ para constituir-se como uma categoria na estrutura social” (Nascimento, 2009, p. 31).

O desafio de pesquisar os bebês e as crianças como atores sociais, que têm protagonismo em sua própria história, vem apresentando importantes definições que fundamentam diferentes pesquisas acadêmicas. Um dos grandes nomes da SI, o português Manuel Sarmiento (2007, p. 35-36), oferece uma excelente definição sobre a infância, que possibilita olhares mais apurados sobre as crianças, pois

a infância não é a idade da não-fala; todas as crianças, desde bebês, têm múltiplas linguagens (gestuais, corporais, plásticas e verbais) porque se expressam. A infância não é a idade da não-razão: para além da racionalidade técnico-instrumental hegemônica na sociedade industrial, outras racionalidades se constroem, designadamente nas interações de crianças, com a incorporação dos afetos, da fantasia e da vinculação ao real. A infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham nas múltiplas tarefas que preenchem seus quotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas também nos campos, nas oficinas ou na rua. A infância não vive a idade da não-infância: está aí, presente nas múltiplas dimensões que a vida das crianças (na sua heterogeneidade) continuamente preenche.

Portanto, se as crianças têm falas e múltiplas linguagens, elas precisam das escutas, e a pesquisa pode ser um caminho para lhes garantir o direito à voz. Se, de um lado, as crianças em geral fazem parte de um grupo desprovido de poder e falas, considerando que a infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendências tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras (Qvortrup, 2011), de outro lado, ao aliar a pesquisa à realidade amazônica, elas são alvos de uma dupla invisibilidade, considerando as questões sociais da Amazônia e sua relação de subordinação a outros centros de poder que mantêm uma visão colonizadora sobre seus territórios e comunidades (Gonçalves, 2008; Malheiro, 2021).

Para uma contraposição às pesquisas tradicionais *sobre* as crianças e não *com* as crianças, é imprescindível a consideração de que a infância é “simultaneamente, uma categoria social, do tipo geracional, e um grupo social de sujeitos activos, que interpretam e agem no mundo” (Sarmiento, 2005, p. 25). Também não é possível desvincular as condições das infâncias e das crianças do movimento estrutural da sociedade capitalista, o que enseja também a necessidade de escutá-las em suas

percepções sobre suas condições de existência. Ouvi-las também deve estar relacionado à escuta dos territórios em que habitam, não desvinculando-se da situação econômica, política e social ou, como destaca Corsaro (2011, p. 11), deve-se olhar para as crianças “como problemas sociais e também os problemas sociais das crianças”.

Nesse marco, a SI é fundamental, pois configura-se por duas perspectivas de análise: a primeira, uma abordagem macroestrutural que “centra o diálogo nas análises dos contextos sociais e nas relações das crianças com outros grupos geracionais, a partir de uma visão macro de sociedade” (Correia, 2013, p. 35). Nessa primeira perspectiva, consideram-se para análise os “arranjos legais, espaciais, temporais e institucionais voltados às crianças em uma determinada sociedade” (Qvortrup, 2010b, p. 786). Para realizar estudos de característica macro, são mobilizadas áreas de estudos como a demografia, estudos históricos e sociais que podem levar a comparações entre comunidades, gerações e localizações geográficas e entre períodos históricos (Corsaro, 2011).

A segunda perspectiva, denominada de microsocial, pode ser utilizada para pesquisas com crianças a partir de suas relações entre si e com os adultos, ao exercerem sua agência. Conceitos da SI, como cultura de pares, oferecem possibilidades de interpretação dos sistemas culturais adultos, *locus* de onde “as crianças retiram elementos para a interação com outras crianças e, ao mesmo tempo, os aspectos da cultura de pares afetam a maneira como interagem com os adultos” (Nascimento, 2009, p. 36). Destacam-se para essa perspectiva investigativa a etnografia, a análise sociolinguística, bem como entrevistas presenciais, formais e informais, como métodos que “dão voz às preocupações infantis e fornecem descrições detalhadas e interpretações de como as crianças vivem sua infância” (Corsaro, 2011, p. 62).

Para as duas perspectivas, os contextos são determinantes para investigar a situação em que as infâncias e as crianças se encontram, e a SI é um aporte que possibilita pensá-las do ponto de vista social e psicológico (Corsaro, 2011), como categoria social e geracional (Sarmiento, 2007) e estrutural (Qvortrup, 2010a). No caso das crianças amazônidas, os contextos socioculturais diferentes onde vivem “demonstram que elas possuem diferentes necessidades cognitivas, estéticas, expressivas e emocionais, que precisam ser compreendidas e atendidas para ampliar suas possibilidades de existência social e cultural” (Santos, 2025, p. 23).

Nessa perspectiva está sempre presente o desafio de historicizar e singularizar os territórios em discussão e suas relações sociais, quer seja entre adultos e crianças, quer seja entre as próprias crianças, na busca pela realidade empírica.

Diante da importância que a SI tem para os estudos que envolvem as crianças e as infâncias, o objetivo deste texto é realizar uma revisão de literatura sobre a SI que dialogue com os territórios amazônicos e suas especificidades, constituindo-se em um trabalho de perspectiva qualitativa e documental. O texto, além desta introdução, apresenta uma segunda seção que discorre sobre aspectos fundamentais da SI. Na terceira seção, são discutidos os territórios das Amazônias na atualidade. Na quarta seção, são apresentadas questões relacionadas à educação, como a possibilidade de abordar as infâncias com os aportes da SI. Ao final, as considerações finais.

A Sociologia da infância: contribuições para análise da realidade das crianças

Ao discorrer sobre uma área específica do conhecimento, é inevitável a escolha de autores, abordagens, diferentes vertentes do campo ou ainda a seleção de conceitos, não sem o risco de gerar alguma injustiça. Para talvez não incorrer em tal erro, foi escolhido como um autor fundamental para apresentar a SI, William Corsaro e, principalmente, o conceito de Reprodução Interpretativa. Esse conceito “substitui os modelos lineares de desenvolvimento social individual da criança pela visão coletiva, a visão produtiva-reprodutiva” (Corsaro, 2011, p. 40, sic). O autor também entende a infância do ponto de vista estrutural, considerando-a como

uma categoria ou uma parte da sociedade, como classes sociais e grupos de idade. Nesse sentido, as crianças são membros ou operadores de suas infâncias. Para as próprias crianças, a infância é um período temporário. Por outro lado, para a sociedade, a infância é uma forma estrutural permanente ou categoria que nunca desaparece, embora seus membros mudem continuamente e sua natureza e concepção variem historicamente (Corsaro, 2011, p. 15-16).

Ao analisar a participação da criança na sociedade, o autor afirma a importância da atividade coletiva e de vida compartilhada nos processos de socialização, mas não para transmitir conhecimento preparando a criança para o futuro, pois, no presente, em suas relações, “as crianças criam e participam de suas próprias e exclusivas culturas de pares quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias e exclusivas preocupações” (Corsaro, 2011, p. 31).

A contraposição ao processo de socialização como preparo para o futuro em que a criança internaliza os conhecimentos passados pelos adultos surge, novamente, quando o autor afirma que o termo “reprodução” representa a ideia de que “as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, *mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais*” (Corsaro, 2011, p. 31-32). Já

o termo “interpretativo” se refere a aspectos inovadores e criativos da participação infantil na sociedade.

Aliado fundamental ao conceito de reprodução interpretativa é o conceito de cultura de pares nas relações entre as crianças, a partir da análise de suas rotinas culturais, que se colocam no mesmo patamar de importância das relações das crianças com os adultos. Elas podem ser definidas como subculturas gerais de uma cultura mais ampla, não sendo apenas uma simples imitação ou apropriação direta do mundo adulto, pois as crianças “transformam as informações do mundo adulto a fim de responder às preocupações de seu mundo” (Corsaro, 2011, p. 53). Essa perspectiva requer dos adultos um exercício sobre outro modo de ver as crianças, pois, “para aprender sobre as culturas das crianças a partir da perspectiva delas, precisamos abandonar nosso ponto de vista adulto para penetrar nos mundos das crianças” (Delgado; Muller, 2004, p. 53).

No mundo das crianças, as manifestações culturais e suas experiências no presente as tornam protagonistas e atores sociais que desenvolvem estratégias de reprodução interpretativa. A escola, por exemplo, pode apresentar espaços para essas experiências, pois “o contexto social e cultural precisa estar presente na escola não de forma simplificada, reduzida, mas na sua acepção mais ampla como arte, literatura, ciências, matemática, lógica, atividades físicas, música, língua estrangeira, excursões, visitas a museus, teatro, cinema, feira livre ou sítio” (Barbosa, 2009, p. 185).

Portanto, ao transpor tais perspectivas para o contexto das Amazônias, sobressai a riqueza cultural daqueles territórios, que precisa estar expressa nas ações com as crianças e para as crianças, pois “os saberes construídos a partir dos costumes da Amazônia tornam-se valiosos tanto para a formação da identidade cultural do lugar quanto para a comunidade acadêmica, dado que corroboram com a construção dos conhecimentos científicos, culturais, educacionais e sociais” (Pinheiro; Videira, 2025, p. 74).

É o que relata Silva (2020, p. 92), sob a perspectiva quilombola, que articula território e tradição cultural em uma educação comunitária, que precisa garantir o direito à diversidade cultural “para se integrar como elemento de fortalecimento, reprodução e inovação das tradições comunitárias e da organização territorial, tentando diminuir as hierarquias, sem prejuízos ou sobreposições”.

Mas a região amazônica denota uma realidade em que o patrimônio cultural e histórico das diferentes comunidades vem sendo ameaçado por processos econômicos que impactam fortemente não apenas as águas, o campo e a floresta, mas também seus habitantes, devido ao avanço do *agribusiness*, que expressa “as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário

e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (Leite; Medeiros, 2012, p. 81).

O estado de Rondônia, por exemplo, expandiu sua produção de grãos nos últimos anos, o que fez aumentar as grandes propriedades produtoras da soja, que passaram de 252 em 2006 para 402 em 2017, com aumento na produção de 150 567 para 800 293 toneladas no mesmo período (Santos; Barros, 2022). Nesse quadro, as relações sociais na área rural sofreram grande impacto, pois impuseram “modos de vida, formas de trabalho e forçou a saída da agricultura familiar do campo, ora se apropriando de suas terras por meio de pagamento abaixo do mercado, ora ampliando vagas para contrato de mão de obra assalariada ou arrendamento, mesmo sem as prerrogativas dos direitos trabalhistas” (p. 707).

Nesse contexto, o sistema educacional tem um papel fundamental na valorização da cultura que pode ser também considerada uma resistência à dominação e padronização cultural que tenta silenciar os povos das Amazônias, não apenas por meio da monocultura de soja, mas também da monocultura das mentes, impondo uma padronização do conhecimento defendida pelos grupos de negócios representados pelo agro/hidro/mineral/carbono-negócio e seus parceiros nas Amazônias, controlando “a produção da cultura, da educação, e a criação de políticas públicas alinhadas ao ‘novo’ perfil de sujeito que se quer formar”(Figueirêdo; Camargo; Hage, 2022, p. 10).

Portanto, a perspectiva da produção de cultura pelas crianças, a partir de seus contextos e de suas identidades, coloca-se também como uma força vital nas comunidades, pois

o reconhecimento das crianças como produtoras de culturas nas creches e escolas de educação infantil, nas escolas, nas famílias, em qualquer ambiente em que aconteça uma rede de relações sociais tende a fortalecer sua participação social, aumentando sua visibilidade como sujeitos de direitos, de conhecimentos, de preocupações e de desejos (Nascimento, 2012, p. 84).

Por outro lado, é preciso que as crianças também sejam sujeitos de políticas. Ao considerar a infância do ponto de vista estrutural, entende-se também que, ao mesmo tempo que ela estrutura a sociedade, também sofre os condicionantes de cada contexto sócio-histórico. E, como bem relata Qvortrup (2010a), as crianças sofrem influência de parâmetros macroestruturais, macroeconômicos, macropolíticos e macrosociais que delimitam a visão e a política para o grupo geracional da infância – subordinado a outros grupos sociais como a adultez e a velhice. Tais parâmetros influenciam mais do que ações especificamente direcionadas para as infâncias, já que “as decisões tomadas nos ministérios das finanças, da habitação, dos transportes, do planejamento urbanos e outros ministérios mais amplos têm um impacto muito maior na infância do que as de um órgão exclusivo para as crianças” (Qvortrup,

2010b, p. 785).

No mundo capitalista e no grave quadro de exclusão social em que vive parte da população das Amazônias, a perspectiva de entender a infância do ponto de vista estrutural impõe para a pesquisa o desafio de discutir a situação de subordinação das crianças e os impactos que elas têm a partir das condições de vida, pois “é possível e necessário conectar a infância às forças estruturais maiores, mesmo nas análises sobre economia global” (Qvortrup, 2011, p. 201).

A questão geracional também é fundamental para uma análise das infâncias e das crianças em diferentes contextos, que de fato dialogue com a materialidade da vida. A partir dessa perspectiva, ao pensar a infância como categoria estrutural, é importante definir os constrangimentos que lhe são impostos pelas questões que envolvem as gerações, o que torna possível verificar o lugar em que as crianças são colocadas e localizadas na arquitetura social pelos adultos, proporcionando a comparação de crianças de diferentes sociedades e culturas e com outros grupos na sociedade (Qvortrup, 2011).

Entre as perspectivas de análise social que não consideram os impactos sobre as crianças, Qvortrup (2011) cita o exemplo de não avaliar nas estatísticas sobre desemprego o impacto que elas têm sobre as crianças. Fazendo um paralelo com a situação do avanço do agronegócio na Região Norte, é preciso, ao analisar seus efeitos, considerar as implicações para as crianças e, principalmente, as crianças que vivem nas regiões rurais, que convivem com um processo de fechamento de escolas que afeta profundamente a realidade do campo. Para os bebês e as crianças pequenas, em que pese o oferecimento do transporte escolar para o deslocamento para as escolas da área urbana, as famílias preferem não matricular as crianças na Educação Infantil, pois as distâncias e os riscos são grandes.

Em cidades onde o transporte escolar é feito por barcos e lanchas, por exemplo, a situação é gravíssima, com crianças viajando desacompanhadas nos barcos, como aparece no relato das famílias na cidade de Curralinho, na região do arquipélago do Marajó, no estado do Pará:

[...] tem muita criança pequena que a mãe não deixa ir. Vai porque é obrigado, mas não que ela tenha muita confiança no condutor ... até eu tenho medo de mandar sendo aluno e pai. Porque não foi uma ou duas vezes que furou o barco ... Eu não coloquei o meu filho na escola porque eu quis, mas você sabe como funciona hoje em dia. Eu recebo Bolsa Família e eles exigiram que ele fosse para a escola, aí meu filho caiu n' água e não foi nem ele que pegou meu filho, foi outra pessoa que socorreu (Carmo, 2020, p. 257-258).

O relato da situação pelas famílias já aponta para as dificuldades para as crianças em seu deslocamento na região. É um exemplo do modo como as discussões de políticas mais amplas, como é a nucleação (fechamento de escolas nas áreas rurais e centralização em um polo na área urbana),

desconsideram as necessidades das crianças. A imposição de uma nova organização escolar pelos adultos reflete nas existências das crianças, mas, ao que parece, elas não importam, em um contexto que vem se transformando e propiciando incentivos e boas condições para um novo momento de exploração econômica, como é o caso da agricultura extensiva.

É verdade que o mundo é dominado pelo capital, mas, do ponto de vista das infâncias, elas também são dominadas pelos adultos, e a SI pode oferecer subsídios fundamentais para refletir sobre essa realidade.

Territórios e comunidades amazônicas

Nas discussões relacionadas aos territórios é importante inicialmente caracterizá-los, pois a noção de território não se ocupa apenas em pré-determinar um espaço geográfico. De acordo com Santos e Silveira (2001, p. 247), o território é aquele que é utilizado e que deve “levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política”.

O território amazônico ocupa uma parte expressiva do Norte do Brasil e apresenta complexidades que carecem de uma análise multidisciplinar, para compreender o que atualmente denominamos, no plural, de territórios, ou nas palavras de Santos e Silveira (2001, p. 248) o “conjunto dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas”. Nessa perspectiva, o território utilizado é aquele povoado por relações culturais, sociais, econômicas e políticas.

Nas Amazônias, também no plural, as ações sobre o território têm a agência de muitos povos com vozes historicamente silenciados, que precisam de espaços de expressão e participação e da reafirmação de identidades e ancestralidades culturais, oriundas de comunidades tradicionais de ribeirinhos, indígenas, negros, caboclos, quilombolas, extrativistas, população do campo e da cidade. Viver nas Amazônias também pode ser considerada uma forma de resistência à ocupação desenfreada pela monocultura do agronegócio, em uma região com variados contextos socioculturais de “populações que forjaram seu patrimônio de conhecimentos na convivência com os mais diferentes ecossistemas” (Gonçalves, 2008, p. 09).

Os territórios onde se localizam as Amazônias ainda ensejam desejos de conquista, e a

convivência é cotidiana com a devastação, que ainda é parte de um processo colonizador, que tenta impor um único modelo de existir com único padrão de existência sociocultural, no caso o europeu e/ou o estadunidense (Correia, 2024).

É um território que representa a forma dependente como o Brasil se insere no mundo capitalista, mantendo a predominância da produção em latifúndios de produtos primários para o comércio externo, além de afetar profundamente o meio ambiente (Pochmann, 2021). Essa configuração de produção aprofundou-se a partir da década de 1990 e, de acordo com Mesquita (2011), seria um terceiro ciclo de ocupação da região, com o agronegócio da soja, do dendê, do eucalipto, do carvão vegetal e da pecuária empresarial dominando grandes empreendimentos extensivos, que envolvem diferentes segmentos do capital.

Os diversos interesses capitalistas na região transformam os territórios amazônicos, que “antes preenchidos de simbolismo, vida e cultura são simplesmente transformados em espaços nulos, desprovidos de qualquer regra e vazios de direitos. Ou seja, espaços para os quais a possibilidade econômica da exploração apaga sua história e geografia” (Malheiro, 2021, p. 190).

Nesse contexto, o resgate das vozes das comunidades dos territórios é fundamental, por meio de sua escuta que é também um fator de resistência. Os caminhos pelos quais é transportado o ferro extraído da mineração na região também são os caminhos de indígenas, quilombolas, pescadores, camponeses (Malheiro, 2021). O autor foi ao território e ouviu as comunidades sobre sua relação com a ocupação pela mineração e a estrada de ferro. A escuta dos territórios levou à identificação de sua configuração como um modo particular de se posicionar frente ao tempo, que conjuga um modo distinto de ver a história e de mobilizar a memória, como um caminho para religar os povos à ancestralidade que define a vida, tornando-se em um modo de sentir o território (Malheiro, 2021).

Outro resultado do trabalho de Malheiro (2021, p. 201) é um modo distinto de atribuir humanidade à natureza, produzindo outras formas de sentir e pensar o mundo, em que “os pescadores podem conversar com o mar, pois suas águas carregam discernimento, bem como os quilombolas, que, pela ancestralidade, conectam-se com o mundo e sentem a natureza, enquanto os Guajajara definem a morte de um rio como a morte da comunidade”.

E, por fim, ele apresenta a marcação de formas distintas de usar e organizar o espaço, demonstrando os diferentes modos de se posicionar frente à história e de perceber a humanidade da natureza definindo usos e disposições no espaço (Malheiro, 2021). A beleza da escuta leva a definições

carregadas de significados para os povos do campo, das águas e da floresta, pela prática de significar um lugar pela vida em oposição à significação que o vê apenas como recurso:

Por conseguinte, determinadas ações ganham um sentido de aprendizado de um modo particular de usar e organizar os lugares, por isso as trilhas na floresta, o ato de pescar, a prática do cuidado e a coleta do coco babaçu apresentam-se como práticas de ensinamento, ou, alegoricamente, como escolas, pois são por elas que se aprende a ver e sentir a floresta, os rios e igarapés, os animais, os palmeirais e a terra, como meios vitais das comunidades. Nesses termos, assim como os Awá precisam do silêncio, os Guajajara precisam do rio, os pescadores do mar e da praia, os quilombolas dos igarapés e da terra, as quebradeiras dos palmeirais... (Malheiro, 2021, p. 202).

O texto de Malheiro (2021) escuta os adultos e apresenta para o leitor os simbolismos e as complexidades das comunidades que vivem na Amazônia. Qual seria o resultado se fossem ouvidas as crianças? Talvez seja necessário seguir as orientações de Qvortrup (2011) e perguntar mais sobre quais os impactos dessa realidade em relação às crianças na educação, na habitação, na saúde, no meio ambiente, enfim, nas suas condições de existência.

Uma segunda necessidade é o conhecimento sobre quem são essas crianças. Franco (2025, p. 43) apresenta uma importante definição sobre as diversas infâncias e crianças das Amazônias:

As crianças ocupam diversos espaços: na área urbana vivem nas favelas, na periferia das cidades, nos centros; as indígenas (das diversas etnias), que ainda são as maiores vítimas da mortalidade infantil, têm duas vezes mais risco de morrer antes de completar um ano do que as outras crianças brasileiras; as crianças do campo: as ribeirinhas; as assentadas; as crianças extrativistas; as crianças quilombolas; as que vivem à beira das estradas (que são mais vulneráveis pela questão da proximidade com as BRs, de acesso, do tráfego de pessoas...), elas pescam, brincam e se relacionam. O mundo do trabalho para muitas delas é visto de maneira especial, numa relação de convivência, de aprendizado com seus familiares, em grupos dos quais fazem parte explorando os espaços com os quais vivem.

É necessário, portanto, perguntar para as crianças sobre suas existências e sua visão sobre as Amazônias. Por meio de suas escutas, amparadas por uma abordagem de pesquisa que as coloque no centro como sujeitos produtores de culturas, pode ser possível ouvir as vozes das infâncias dos territórios utilizados, bem como os condicionantes estruturais que delimitam suas ações. As escolas, portanto, podem ser excelentes espaços para a escuta.

Infâncias, Amazônias e educação

O Brasil, em 2017, aprovou uma *Base Nacional Comum Curricular para a Educação Básica* (Brasil,

2017) – incluindo a educação de bebês e crianças –, que está fundamentada em cinco campos de experiência: 1) o eu, o nós e os outros; 2) corpo, gestos e movimentos; 3) traços, sons, cores e formas; 4) escuta, fala, pensamento e imaginação; 5) espaço, tempo, quantidades, relações e transformações. Esses fundamentos propiciam o exercício de experienciar as práticas sociais e a cultura, considerando que “a qualidade de qualquer experiência tem dois aspectos: o imediato de ser agradável ou desagradável e o mediato de sua influência sobre experiências posteriores” (Dewey, 1979, p. 16).

Experienciar a cultura no presente pelas crianças é tarefa fundamental das instituições educacionais e de outros espaços que pensam no protagonismo infantil, pois

a experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (Bondía, 2002, p. 24).

Além disso, os eixos estruturantes da Educação Infantil são as interações e as brincadeiras (Brasil, 2017), e a partir delas é possível ouvir as crianças e conhecer seu modo de ver e sentir a vida. A perspectiva teórica da SI tem oferecido diversos trabalhos que mostram possibilidades de ouvir as crianças e suas experiências, a partir de seus pontos de vista e de suas vivências em ambientes escolares ou não escolares. O trabalho de Ferreira (2002) é um marco dessa abordagem. Em sua tese de doutorado intitulada *“A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!”: as crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um Jardim de Infância*, “a autora se inclina sobre a observação e interpretação das interações que as crianças estabelecem com outras crianças e com os adultos (incluindo-a), dando significados e estruturando suas experiências sociais - assentada numa etnografia com crianças” (Prado, 2005, p. 683).

Por meio da etnografia, Ferreira (2002) apresenta diálogos fundamentais para entender a cultura de pares e o modo como as crianças reelaboram ou reinterpretam o mundo social adulto. No contexto de pesquisa de um jardim de infância, ela comprova que, de fato, as crianças não procuram apenas imitar o mundo adulto. Por intermédio da reprodução interpretativa, “as crianças como actores reconstroem uma identidade comum pelo inter-reconhecimento e descoberta de interesses partilhados e partilháveis que alicerçam solidariedades interpessoais” (Ferreira, 2002, p. 168).

Para a autora, o brincar na Educação Infantil consolida-se como uma ação fundamental na interação social das crianças, que pode ser verbal e não verbal. Por meio das interações

[...] se processa a re(negociação) da definição da situação e a afirmação de acordos, a resolução de problemas e conflitos, a (re)definição dos papéis (sic), a incorporação da diversidade nas suas performances e a aceitação das de outros, a criação de regras mais concretas ou abstratas que regulam as interações e a expressão de estilos mais pessoalizados de ação que brindam as brincadeiras com maior refinamento, embelezamento e complexidade (Ferreira, 2002, p. 309).

Um exemplo interessante é o diálogo observado por Ferreira (2002, p. 471), que reproduz espaços e identidades exclusivas para meninos e meninas:

[...] O Gil sai da casa vestido de mulher, aos rodopios. A Rita e a Gabi olham para ele, gritam e desatam a correr pela sala [...] param a olhar para ele. Depois correm à volta da mesa, param e ficam a espera [...] O Gil vai para os *jogos* onde estão o Quim e o Rafa, a brincar com *Legos* e rodopia à frente deles. Eles olham para ele e param de jogar:

- Olha a menina! Diz o Rafa.

- Olha a menina! Repete o Quim [...].

- Sou uma mulher! Diz-lhe o Gil, dançando.

- Sai daqui! Depressa! – Dizem-lhe o Quim e o Rafa. O Gil vai embora e eles ficam a olhar para ele. Riem-se e retomam o jogo.

O Gil segue para casa, troca de roupa continuando a vestir roupa de mulher e a Lola de dedo em riste diz-lhe:

- Não pode estar! Não pode estar! Não pode estar!

A pesquisa de Ferreira é recheada de falas e escutas que apresentam o mundo infantil a partir de seu olhar diferenciado para observar e escutar as crianças. Nas diferentes metodologias de pesquisa, como a etnografia, devem-se considerar o universo infantil e suas reelaborações sobre seus contextos e vivências sociais. O desafio de pesquisar com as crianças impõe necessidades diversas na região amazônica, que necessariamente passa pelas escutas, pois

parece ser esse o desafio das infâncias e das Amazônias: conquistar a autonomia para falar e se expressar, serem considerados/as como sujeitos de direitos e sujeitos de políticas, diante de uma complexidade social que também está presente na necessidade de transformação das condições de desigualdade social em que vive a maioria das crianças que as habitam (Correia, 2024, p. 233).

Abandonar o olhar adultocêntrico para enxergar bebês e crianças como atores e sujeitos e não apenas como objeto de pesquisa é um desafio que precisa ser superado junto com as crianças. Elas têm muito a dizer sobre o que pensam e o que sentem. Elas também fornecem chaves de análise da realidade, que pode ser interpretada e alterada junto com elas.

Mas é importante também olhar a estrutura macro da sociedade e buscar explicações nas relações entre as gerações para determinar em que patamar de prioridade se encontram as crianças e o modo como estão sendo apropriados os recursos para a formulação e implementação de políticas universais e/ou focalizadas. Na Europa, as mudanças sociais e seus impactos sobre a destinação de recursos para as gerações foram analisados por Prout (2010), que chama a atenção para o fato de que os recursos que anteriormente eram destinados às crianças agora vão para os idosos, em decorrência das mudanças demográficas no continente, que apresenta forte diminuição no número de crianças e, com o aumento da expectativa de vida, um robusto crescimento do número de idosos.

As pesquisas com as crianças, portanto, têm um longo caminho a percorrer para responder às necessidades de cada contexto e cada território, bem como às necessidades de cada infância, inseridas em sua cultura e história. A necessidade de escuta é fator imperativo para que seja possível entender e discutir a realidade em que vivem os bebês e as crianças das Amazônias.

Considerações finais

Entre rios, florestas, igarapés, pequenas ou grandes cidades, vivem as crianças amazônidas. Sua realidade é permeada pela problemática da ocupação do território, pela relação com a natureza, mas também pela necessidade de bens sociais que melhorem suas condições de vida. As ancestralidades e as culturas de cada comunidade coexistem com formas de ocupação e produção econômica que desconsideram suas especificidades, que se impõem com uma perspectiva colonialista, desconsiderando a conformação dos territórios por diferentes comunidades na Amazônia. A região submete-se a vários olhares e ora é vista como promessa futura, devido às suas grandes reservas de recursos naturais, ora como um mistério imaginado pelos europeus com uma natureza deslumbrante, um paraíso na terra (Gondim, 2007), ou ainda com visões idealizadas e conservadoras da Amazônia, com uma concepção ecologizadora, que pretende manter a região intacta como “o futuro da humanidade e do planeta” (Gonçalves, 2008).

Mas ela é também território das crianças provenientes de diferentes comunidades, com modos de existência diversos e com olhares diversos também sobre sua realidade. Nesse contexto, a SI é um aporte teórico que viabiliza pesquisas que, além de ouvir as crianças, as valorizam como atores sociais e protagonistas de suas histórias. Mas não basta apenas escutar as crianças no microsocial, é importante relacionar esses aspectos com sua situação de subalternidade geracional e a ausência de suas vozes para discutir e apresentar seu pensamento e o que desejam. A análise da perspectiva macrosocial também é importante para problematizar o modo como as relações econômicas e sociais impactam suas vidas. Pesquisar com bebês e crianças nas Amazônias requer uma abordagem teórica que dialogue com elas de forma contextualizada. Uma escolha que a SI torna factível.

Referências

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Como a sociologia da infância de William A. Corsaro pode contribuir com as pedagogias das escolas de educação infantil? *In*: MULLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida (org.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças**: diálogos com William Corsaro. São Paulo: Cortez, 2009. p. 177-188.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://download.basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 16 mar. 2025.

CARMO, Eraldo Souza. **Entre maresias e correntezas**: as rotas de alunos ribeirinhos na Amazônia pelo direito à educação. Curitiba: Appris, 2020.

CORREIA, Maria Aparecida Antero. Um olhar plural sobre as crianças, as infâncias e as Amazônias. *In*: SANTIAGO, Flávio; GOMES, Lisandra Ogg; CORREIA, Maria Aparecida Antero (org.). **Infâncias**: política, cidadania e direitos no Brasil e na Itália. São Carlos: Pedro & João, 2024. p. 229-248.

CORSARO, William A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Reflexões metodológicas nas pesquisas com crianças. *In*: DELGADO, Ana Cristina Coll; MOTA, Maria Renata Alonso; ALBUQUERQUE, Simone Santos (org.). **Tempos e lugares das infâncias**: Educação Infantil em debate. Porto Alegre: IPPOA - Instituto Popular Porto Alegre, 2004. p. 47-60.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. **“A gente aqui o que gosta mais é de brincar com os outros meninos!”**: as crianças como actores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no quotidiano de um Jardim de Infância. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2002.

FIGUEIRÊDO, Arthane Menezes; CAMARGO, Leila Maria; HAGE, Salomão Antonio Mufarrej. Direito à educação e currículos em disputa nas Amazônias: defesa da educação pública com garantia da diversidade. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. 1-27, 2022.

FRANCO, Zilda Gláucia Elias. O protagonismo infantil frente ao processo de escolarização na educação infantil: reflexões necessárias. In: BRITO, Ângela do Céu Ubaiara; SANTOS, Antonia Fladiana Nascimento; SANTOS, Leslie Jovana Silva (org.). **Infância, culturas e diversidades**: o protagonismo da criança amazônica. Curitiba: CRV, 2025. p. 43-57.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2008.

GONDIM, N. **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2007.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio(org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio Expressão Popular, 2012, p. 81-87

MALHEIRO, Bruno Cezar. Ouvir o território e pensar por outras (geo)grafias: territorialidades em existência à mineração na Amazônia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 15, n. 3, p. 188-205, dez. 2021.

MESQUITA, Benjamim Alvino. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, Sergio; ALMEIDA, Wellington (org). **Terras e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2011.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Sociologia da Infância e Educação Infantil: algumas considerações sobre a aproximação entre essas duas áreas na pesquisa sobre a pequena infância. **Horizontes**, v. 27, n. 2, p. 31-36, jul./dez. 2009.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Crianças pequenas e a produção de culturas infantis. In: GOBBI, Marcia Aparecida; NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso (org.). **Educação e diversidade cultural**: desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012, p. 68-89.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Reconhecimento da Sociologia da Infância como área do conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, Ana Lucia G.; FINCO, Daniela (org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo: 102), p. 37-54.

PINHEIRO, Angleson Pantoja; VIDEIRA, Piedade Lino. Infância na Amazônia amapaense: um olhar a partir da festa de São Tiago Mirim, Mazagão Velho. In: BRITO, Ângela do Céu Ubaiara; SANTOS, Antonia Fladiana Nascimento; SANTOS, Leslie Jovana Silva (org.). **Infância, culturas e diversidades**: o

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 25, Dossiê: Pesquisa com bebês e crianças/Artigos, e-48380, 2025

protagonismo da criança amazônica. Curitiba: CRV, 2025. p. 73-86.

POCHMANN, Marcio. Aceleração ou interrupção das tendências brasileiras do subdesenvolvimento e dependência? **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 28, n. 1, p. 13-32, jan./mar, 2021.

PRADO, Patricia Dias. “A gente gosta é de brincar com os outros meninos!” - relações sociais entre crianças num jardim de infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 683-688, maio/ago. 2005.

PROUT, Alan. Participação, políticas e as condições da infância em mudanças. *In*: MULLER, Fernanda (org.). **Infância em perspectiva**: pesquisas e instituições. São Paulo: Cortez, 2010

QVORTRUP, Jens. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago. 2010a.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, set./dez. 2010b.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Silvana de Fátima; BARROS, Josemir Almeida. Fechamento de escolas destinadas aos camponeses em contexto amazônico: o direito à educação subvertido aos interesses hegemônicos em Rondônia. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 47, n. 2, p. 695-714, maio/ago. 2022.

SANTOS, Tânia Regina Lobato dos Santos. Pesquisa com crianças: desafios teóricos metodológicos e protagonismo infantil. BRITO, Ângela do Céu Ubaiara; SANTOS, Antonia Fladiana Nascimento; SANTOS, Leslie Jovana Silva (org.). *In*: BRITO, Ângela do Céu Ubaiara; SANTOS, Antonia Fladiana Nascimento; SANTOS, Leslie Jovana Silva (org.). **Infância, culturas e diversidades**: o protagonismo da criança amazônica. Curitiba: CRV, 2025. p. 19-38.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Crianças: educação, culturas e cidadania activa. Refletindo em torno de uma proposta de trabalho. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Visibilidade social e estudo da infância. *In*: VASCONCELLOS, Vera M. R.; SARMENTO, Manuel Jacinto (org.). **Infância in(visível)**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p. 25-49.

SILVA, Gilvânia Maria S. As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola e os desafios da efetivação. *In*: MONTECHIARE, R. M.; LAZÁRO, A. (org.). **Educação e práticas comunitárias**: educação indígena, quilombola, do campo e de fronteira nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2020, p. 85-106.

Revisão textual e de normas da ABNT realizada por: Andréa de Freitas Ianni.

Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora, v. 25, Dossiê: Pesquisa com bebês e crianças/Artigos, e-48380, 2025

